

Guerra no Rio: A problemática do Extra de cria-la por sua vontade
War in Rio: The problematic of Extra to create it by its will

Augusto Araújo
Bruno Todaro
Lucas Santana
Lucas Jacomim
Suellen Guedes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

A cidade brasileira conhecida como ser a capital do samba, das praias e da alegria vive momento de medo. Mas desde quando? A nova editoria do jornal Extra, denominada de “Guerra no Rio”, abriu um debate que até então poucos falavam: O Rio de Janeiro encontra-se em estado de Guerra ou vivemos apenas mais do mesmo? O objetivo deste artigo é elucidar os principais pontos sobre esse assunto, de modo a que o leitor possa também pensar sobre essa questão. O periódico supracitado encontrou complicações com o restante da sociedade do país ao dar nome a algo que ninguém dava, ou, quando chamava, era apenas por modo de dizer.

Palavras-chave

Guerra; Jornal; Editoria; Rio; Violência.

Corpo do trabalho

Angulações

A cidade do Rio de Janeiro é apresentada, através dos discursos midiáticos, como um local violento e com um sistema de segurança pública incapaz de proteger e manter a ordem. A criação de uma editoria de guerra no Jornal Extra é a demonstração disso. “Guerra do Rio” retrata, de acordo com o Extra, situações que divergem do que é considerado normal.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

¹ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFRRJ, e-mail: augusto.lda96@hotmail.com

¹ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFRRJ, e-mail: bruno250896@hotmail.com

¹ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFRRJ, e-mail: lucassantana.pereira.js@gmail.com

¹ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFRRJ, e-mail: lucas_passos_jacomim@hotmail.com

¹ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFRRJ, e-mail: suellenguedess@outlook.com

“O Extra continuará a noticiar os crimes que ocorrem em qualquer metrópole do mundo: homicídios, latrocínios, crimes sexuais. Mas tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra”. A declaração do Jornal abre margens para diversas interpretações que merecem ser discutidas. Como exemplo: Qual critério será escolhido para definir o que é normal e o que é anormal? Essas anormalidades escolhidas para compor as matérias realmente só acontecem no Rio de Janeiro? Crimes como latrocínio, homicídios e abusos sexuais podem ser considerados dentro do "padrão da normalidade civilizatória"? Além de todos esses questionamentos o termo, "Guerra do Rio" realmente representa a opinião de todos os moradores da cidade? Os cariocas acham que estão vivendo em uma guerra?

A palavra, deliberadamente usada pelo Extra, configura a cidade em estado de alerta. A expressão "guerra é guerra", popularmente conhecida, insinua que em situação de guerra vale tudo. O termo é usado para aceitar e justificar atos que, comumente, não seriam aceitos fora desses tempos. Dito isso, a nova editoria pode estar ajudando a população com informações úteis e de alerta ou usando o estado de guerra para fundamentar os atos de violência ocorridos na cidade.

Publicar esses conflitos com tal mudança "no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor", como diz o veículo, pode ser analisado também como forma de justificar as medidas tomadas pelo Estado do Rio, como o exército nas ruas. Essa necessidade de apontar os fuzis para as favelas não deve ser mostrada como algo positivo. Soldados sem preparo para atuar em regiões de alto risco são perigo iminente para a população e para si mesmo e isso não pode ser deflagrado para o público leitor como efeito colateral da tal guerra.

Com a nova denominação, há também uma criação inconsciente dos lados do intitulado conflito. Infrações e violações das leis ocorrem a todo segundo, mas a titulação desses delitos na mídia assume posições e também definem os "lados" de qualquer problemática. No momento em que um indivíduo ou um grupo de pessoas é nomeado transgressor, conseqüentemente, existirá um outro grupo que vai tentar combater as atitudes desse infrator, um suposto "herói". Quem seria esse herói? O Estado? A polícia militar? O exército nas ruas? Ou a própria mídia alcunhando um nome para a atual situação do Rio? De acordo com a reportagem de apresentação da nova editoria, eles têm a esperança de um dia não serem o único periódico do planeta a reconhecer o termo guerra num país que se recusa a identificar a situação. Muitas ressalvas devem ser feitas a esse "único jornal".

Essa autodenominação singular foi constatada através de levantamento de dados? Nenhum outro veículo usou o termo guerra para relacionar o rio? Essa indagação pode ser respondida de forma a colocar o extra num patamar de egocentrismo que não caberia neste artigo, por achar que foi exclusivo ao dizer que o rio estava em guerra apenas por ter criado o editorial. Em contrapartida, pode-se estabelecer também que as intenções dessa mídia foram falhas ao declarar uma realidade da cidade do Rio de Janeiro que só foi observada pelos jornalistas do Extra.

Pode-se citar também, a classificação dos crimes em normais e anormais. Obviamente não se deve pensar de forma utópica e imaginar que crimes não existam, mas essa rotulação pode deslegitimar a gravidade de alguns delitos e até inferiorizar o sofrimento de algumas vítimas. Visto que, se um crime pode ser mais aceito que outros, conseqüentemente, também haverá vitimas melhor aceitas que outras. Esse exemplo deslegitima a ideia de que toda vida é importante.

Outra angulação, bastante curiosa na nova rotulação, é que esses conflitos sempre foram corriqueiros nas áreas de favela. A nova titulação, porém, só foi pensada pelo jornal quando a violência voltou a atingir comunidades próximas a Zona Sul da cidade, que além de ser a área mais nobre do Rio de Janeiro, também é palco para o turismo e destaque em números de hotéis. O termo "guerra" usado para definir a atual situação do Rio de Janeiro, é analisado por muitos cariocas como uma banalização do vocábulo. A palavra está sempre associada a grandes desastres e conflitos na história do mundo. A filiação da expressão ao Rio de Janeiro, além de generalizar o estado de conflito para toda a cidade, torna prosaico e insignificante a magnitude da sentença comparando-a a outras grandes batalhas que ocorreram e ainda ocorrem, como as Guerras Mundiais e as intermináveis disputas do oriente médio.

Falsas imagens

O jornalismo capacitou o ser humano a poder contar histórias sobre toda a vida em sociedade. E dessas histórias foram criadas imagens. O grande problema foi quando essas imagens pararam de condizer com a verdade e passaram a ser tendenciosas a favor das próprias empresas e políticas. A padronização cria estereótipos, e, a partir deles, os meios de comunicação criam “o bem” e “o mal” dentro das notícias. É construída toda uma novela em cima da narrativa, tornando-a mais ficcional do que factual. A criação da nova editoria, no jornal Extra, é um ótimo exemplo sobre o culto das falsas imagens.

Essa categorização da questão do crime no Rio de Janeiro tem suas contradições. A violência no Rio está longe de ser um problema relacionado à guerra, é um problema social. A política de combate direto contra o tráfico de drogas e o crime nas favelas, só tende a gerar mortes para os dois lados. Além disso, inocentes são mortos constantemente a caminho do trabalho, escola, faculdade, vítimas de bala perdida desses confrontos. A denominação “Guerra” só fortalece a ideologia de que o único jeito de combater o crime seja através da punição.

A ideia de “herói” e “vilão” criado nas notícias está diretamente ligado à forma e sentido em que o texto está escrito. A questão dos confrontos na Rocinha, por exemplo, retratado pelo Jornal Extra, na editoria de Guerra, só tende a reafirmar a ideia simplista de que o crime tem que ser combatido com violência. Essa dualidade dificulta a capacidade do leitor de enxergar os problemas por outras perspectivas. Além disso, o discurso de ódio se intensifica, como no comentário de um anônimo feito no dia 19 de agosto de 2017, retirado de uma reportagem que fala sobre os tiroteios na Rocinha, no Jornal Extra. Tem que entrar com trator, abrir vielas para a passagem de caminhões da polícia e bombeiro. Cercar a comunidade e colocar toque de recolher. E só sai revistado. Operação asfíxia até eliminar completo os bandidos. A comunidade devia colaborar, devia ter integração de jovens com música, artes e esportes. E o carioca parar de consumir drogas. (ANONIMO, 2017, online)

A intenção dessa editoria reforça tanto a questão única do “bem” e “mal”, que acaba sendo pautada apenas sobre uma única interpretação. Os leitores são conduzidos a acreditar que essa é a única solução, ou seja, bandidos são “vilões” e, por isso, devem ser eliminados. Nesse momento, até os direitos humanos são deixados de lado, com a justificativa de que é necessário eliminar os criminosos para que possamos andar em paz.

Existe um nível imensurável de sentimentos e histórias trazidas pelo termo “Guerra”. Ao dizer que o caso do crime nas favelas do Rio de Janeiro, agora significa guerra, eles naturalizam, também, todas as atitudes que são tomadas nesses conflitos. Ou seja, são aceitas as ações mais bárbaras possíveis. Pessoas são mortas a sangue frio, são vítimas de balas perdidas, são tratadas e revistadas como animais e são torturadas. E tudo isso, com a justificativa de “estamos em guerra”. O problema da criminalidade é muito mais complexo, e a violência não seria a solução. Um jornal naturalizar esse sentimento, dentro de um problema que é muito mais social do que policial, é antiético.

Essa caracterização de pessoas divididas em polos do que é certo e errado, abrange, também, uma outra complexidade. Potencializam-se os estereótipos, e deles, pessoas se tornam privilegiadas em relação as outras. Moradores das favelas do Rio estão sendo constantemente vigiados e revistados pelo exército e policiais militares, que tomam essas atitudes pautadas no preconceito não só pelo local de moradia, mas também pela cor da pele, roupas e modo de falar.

O pré-julgamento do “outro” passa a ser comum. Como na frase dita por Lippmann (1922): “Na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos”. Nesse sentido, as pessoas que consomem e aderem à ideia do extra, potencializam uma ideia preconceituosa, estabelecida no subconsciente, sobre o desconhecido, pautada na estereotipação do sujeito. Sabemos que nem todo bandido é o vilão e nem todo policial é o herói.

O culto das falsas imagens pode gerar um grau maior de teatralização numa notícia que deveria ser especificamente factual. É criada toda uma dramatização em cima das notícias, no intuito de explorar o suspense e a aflição do leitor. Ao mesmo tempo que os meios de comunicação utilizam personagens e acontecimentos reais, eles sensacionalizam o acontecimento de modo a transformar uma notícia que deveria ser factual, em ficção. Sendo assim, o objetivo passa a ser seduzir e emocionar o leitor.

O culto das falsas imagens não só é pautado pela forma e dramatização dado à notícia, mas também nas escolhas das fotos e legendas que as compõem. A legenda nos direciona a uma interpretação sobre a foto, com a intenção de completar a notícia. No entanto, até mesmo as legendas são tendenciosas. Ao descrever a foto de um traficante como bandido, criminoso e vilão, ele deixa de contar os outros lados da história, as diferentes perspectivas sobre aquela pessoa. Nesse contexto, o personagem deixa de ser pai ou mãe, deixa de ter família, amigos, e, principalmente, deixa de ter uma vida. Ele passa a ser tratado como um ser único e maléfico, capaz de causar mal a qualquer um que entre em contato. Não basta só caracterizá-lo como criminoso, é necessário que tenha um compromisso em mostrar ao público um significado muito mais amplo sobre aquela realidade.

Todos esses processos de construção da falsa imagem nos afogam numa realidade ilusória. Numa notícia, o texto, a legenda e as fotos se completam, no que diz respeito a fortalecer e comprovar o conteúdo. Mas quando a manipulação, mesmo que sutil, se torna comum, as pessoas com pouco acesso à informação – seja por falta de tempo,

oportunidade e vontade – aderem mais facilmente essas ideias sem, de fato, exercer o questionamento, o pensamento crítico. Esse problema se perpetua, pois, o indivíduo passa a defender esses pontos de vista como a verdade absoluta. As próprias vítimas desse sistema tendem a se sentir culpadas, num problema social em que eles não possuem nenhuma parcela de culpa. E, se o objetivo for alienar e implantar uma ilusão no pensamento ideológico dos leitores, não só o Jornal Extra, mas como a maior parte dos grandes conglomerados de comunicação, eles conseguiram o que queriam.

Utilização do poder

O jornal Extra é, e sempre foi, parte de um grande conglomerado de comunicação, a poderosa Rede Globo. A empresa, parte maior do oligopólio que comanda TV, cinema e o jornalismo impresso, dá o mínimo de liberdade criativa na idealização de formatos, mas o conteúdo é basicamente o mesmo em todos os seus emissores.

Na televisão já é dito que o Rio está em guerra há anos – mesmo que de forma mais amena – principalmente nos telejornais locais. Mas a cobertura de grandes operações e a utilização da palavra “guerra”, nunca mudou o estilo de jornalismo apresentado. Apesar de a nova editoria ser, até agora, restrita ao Extra, o veículo, pertencendo a quem pertence, levanta a dúvida: qual seria o interesse da empresa por trás dessa mudança?

Paul Johnson (1999) diz: “Desde que Macaulay denominou a imprensa de ‘o Quarto Poder’, há consciência do poder político que a mídia dispõe [...] Os proprietários dos meios de comunicação nem sempre estão cientes do grau de poder que exercem”. No nosso país esse poder exercido é visto com clareza na Rede Globo, sua audiência na TV chega a patamares absurdos, seus filmes têm as maiores bilheterias, mas no impresso, principalmente nos jornais, cujas vendas têm despencado com o passar dos anos, por mais que o grande público ainda veja os veículos com bons olhos, a hegemonia não é tão aparente.

E o jornal Extra tem sido, dentro das empresas Globo, o que mais caiu em vendas, há uma década era o terceiro mais lido do país, hoje ocupa apenas a oitava colocação, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Muito desse público migrou para os portais online, onde, hoje, a concorrência é muito maior que nos meios impressos. É incontável a quantidade de sites que ao longo do dia postam as mesmas notícias, tudo sendo rapidamente compartilhado em redes sociais.

Mas, voltando ao uso da palavra guerra no título da nova editoria, deve-se refletir na posição de responsabilidade que uma empresa desse porte deveria assumir.

A liberdade de imprensa é inegociável. Mas, como poder que são, os meios de comunicação requerem de seus controladores valores éticos que construam – não corrompam – a democracia em nome da qual a liberdade lhes é conferida. (BUCCI, 2000, p. 162)

Essa responsabilidade também deve ser vista sob o ângulo da objetividade jornalística. É papel de uma notícia, passada a discussão do que deve ser considerado “importante o suficiente” para ser noticiado e quem determina isso, relativizar os fatos, como notou James Carey (1986), duas perguntas clássicas a serem respondidas na reportagem (“como” e “por que”), pois elas ajudam a não tratar as notícias como verdades plenas, e sim tentativas de explicação dos fatos. Esse sentimento de questionamento é ideal em uma editoria que diz estar sendo criada a serviço do público.

E a questão tão defendida de “o público tem direito de saber”, posição essa também exercida pelo Extra, nos evidencia que, os veículos de comunicação definem o que se torna notícia e a importância de cada notícia em seus plantões ou, nesse caso, manchetes. E, se um jornal é quem faz essa definição, seus deveres com o que é passado aos leitores, passam a estar atrelados aos interesses das grandes empresas a quem eles pertencem.

“A imprensa está ligada a outros grandes negócios através da propaganda desses negócios, da qual depende para a maior parte de sua renda. Os donos da imprensa, como os donos de outros negócios, são diretores de banco, tomadores de dinheiro no banco, grandes contribuintes de imposto de renda nos níveis mais elevados”. (FERREIRA, 1989, p.114)

Quando a editoria de um jornal do porte do Extra, que faz parte de uma empresa do porte da Rede Globo, escolhe o que quer mostrar e o que deixar de fora, fala sobre a violência em determinados lugares enquanto ignora outros, ou evidencia um crime enquanto deixa de jogar luz sobre outro, ela faz uso de seu poder midiático apoiando um lado da sociedade e negligenciando outros vários.

Em uma rápida ida ao site do Extra durante a idealização desse artigo, ficou evidente para quem foi feita a mudança de editoria. Na página “Guerra ao Rio” das 17 notícias estampadas como manchetes, 15 são sobre a violência no morro da Rocinha. Apenas duas relatam acontecimentos da Zona Norte. Isso em um veículo de circulação estadual. É dito que o Rio está em guerra, mas não é isso que vemos. A violência sempre existiu na cidade,

e o carioca sempre conviveu com ela em seu dia-a-dia, mas limitar a existência dela a apenas uma localidade de apenas um município vai além da negligência.

Isso é tratar a notícia apenas como mercadoria. Em um jornal que sempre se disse “popular”, destacar a violência da cidade, mas apenas quando ela está em lugares considerados abastados, é descaradamente servir a apenas uma parcela específica do público. Deixando de lado a discussão do dinheiro que a controvérsia por trás do termo “guerra” tem gerado à empresa, com o aumento de acessos no site gerando assim mais publicidade, o abuso do poder que a empresa tem é claro. Ela serve aos mais ricos usando os mais pobres como instrumento de discurso.

Considerações finais

Esse episódio do jornal Extra ocorre justamente em um período onde o jornalismo enfrenta uma séria crise de credibilidade. As redes sociais e as mídias alternativas fazem com que os grandes veículos de comunicação não sejam mais a única fonte de notícias. Hoje se tem muito mais recursos para pesquisar sobre qualquer assunto. No entanto, muitos leitores não têm esse hábito de checar as informações, acreditando em quase tudo que se lê. É graças a essa parcela da população que temos matérias muito mal-intencionadas hoje em dia. Nesse ponto, se inclui a editoria de guerra no Rio.

“Sabemos que não há solução fácil nem mágica para o problema. Guerra pressupõe vitórias, derrotas, avanços, recuos, acertos e erros (...)”. Somente nessa frase, na publicação do site do Extra que “anuncia” a nova editoria, é possível apontar alguns erros grosseiros. O primeiro é a espetacularização do caso. Ao tratar esses episódios como uma guerra, o jornal pressupõe que haveriam vencedores e perdedores. Esse não deveria ser o papel de um veículo de comunicação. O ideal deveria ser noticiar o fato, e não o vender como uma espécie de história em quadrinho, no intuito de prender o leitor e fazer com que ele compre as edições seguintes para saber o próximo episódio da trama.

Outro erro em classificar o estado do Rio de Janeiro como um clima de guerra é dividir a história em dois grupos: os policiais, tratados como mocinhos; e os bandidos, como vilões. Essa história é muito mais complexa, impossível de dividir entre o bem e o mal. Quando você pensa nos malfeitores como os únicos responsáveis por esse estado crítico, se esquece que eles sozinhos não conseguem chegar a lugar nenhum. Para eles se armarem, os “bons moços” precisam da propina para fazer vista grossa. E muitas vezes esse dinheiro vem dos próprios “cidadãos do bem”, que, ao comprar drogas, ajudam a

financiar o crime organizado. Em uma análise mais aprofundada da situação, fica impossível distinguir os verdadeiros heróis e vilões.

Infelizmente, essa cadeia de acontecimentos nos levam a pensar da seguinte forma: os bandidos, fortemente armados, aterrorizam os moradores do estado; a polícia não consegue dar conta do monstro que ela mesmo criou; a mídia se aproveita dessa situação para vender jornais e conseguir audiência. Essa equação se resulta no povo, pobre e indefeso, sem saber o que fazer.

Referências bibliográficas

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras: 2000

EXTRA. **Isso não é normal**. Rio de Janeiro: Extra.com: 2017

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: O fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan: 2002